



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0009771-02.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Sinzato & Real Ltda Me**
 Requerido: **Facebook Serviços Online do Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou realizar divulgação de sua loja por intermédio da rede social facebook, com utilização de logomarca devidamente registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Alegou que tomou conhecimento da existência de outro perfil falso que igualmente faz uso de sua logomarca, o que lhe tem causado sérios prejuízos.

Almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer que especificou.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada pela ré não merece acolhimento.

Com efeito, a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo registra inúmeras ações que concernem aos mesmos temas aqui em debate (visam à exclusão de páginas ofensivas e ao fornecimento de dados de usuários de contas) em que a ré figura no polo passivo da relação processual.

Nesse sentido, dentre outros: **Agravo de Instrumento** nº 0136153-89.2013.8.26.0000, 8ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. LUIZ AMBRA, j. 25/09/2013; **Apelação** nº 0005204-46.2012.8.26.0441, 5ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. A.C.MATHIAS COLTRO, j. 13/11/2013; **Agravo Regimental** nº 0159859-04.2013.8.26.0000/50000, 7ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. LUIS MARIO GALBETTI, j. 30/10/2013.

A ré não invocou razão concreta e objetiva que não lhe permitisse o cumprimento de eventual decisão a ser prolatada por este Juízo, de modo que rejeito a prejudicial arguida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

No mérito, as alegações da autora estão documentalmente comprovadas.

O certificado de fl. 09 evidencia o registro de sua logomarca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, ao passo que a fls. 12/14 fica atestada a utilização da mesma em página da autora.

Já os documentos de fls. 15/25 demonstram que em outra página, ligada ao mesmo ramo de atividade da autora, a logomarca dela vem sendo indevidamente usada.

Ainda que a ré argumente que não pode realizar controle preventivo e/ou monitoramento sobre o conteúdo das contas, resta claro que na hipótese vertente a prática de ato ilícito está ao menos em tese delineada, de modo que a providência reclamada pela autora é de todo pertinente para fins de bloqueio ou exclusão da página indicada.

Quanto ao fornecimento de dados do usuário que criou esse perfil, o pleito igualmente prospera, incumbindo à ré a apresentação do IP, do nome e sobrenome empregados para cadastramento, do e-mail e da data do respectivo cadastro.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em: a) excluir o perfil www.facebook.com/xando.lojas no prazo máximo de cinco dias; b) fornecer no mesmo prazo os dados do usuário que criou esse perfil e em especial apresentando o IP, o nome e sobrenome empregados para cadastramento, o e-mail e a data do respectivo cadastro.

Fixo a multa diária em caso de descumprimento de qualquer uma das obrigações em R\$ 100,00, até o limite de R\$ 15.000,00.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA